



NOTA DA FASUBRA CONTRA O PROJETO FUTURE-SE!

Desde a posse do novo governo, a direção nacional da FASUBRA Sindical encaminhou seis ofícios ao MEC (Ministério da Educação) solicitando reunião para debater a pauta de reivindicações específica da categoria e questões relacionadas às Instituições Públicas de Ensino Superior - IPES. O MEC, por meio do ministro Abraham Weintraub, manteve sua política de ignorar as entidades sindicais e estudantis da Educação e não respondeu nenhum dos ofícios da Federação.

No dia 17 de julho de 2019, foi apresentado pelos assessores do MEC o Programa FUTURE-SE, dando continuidade à sua política de desmonte e privatização das universidades. Além disso, o MEC assume os cortes de orçamento apresentados pelo Ministério da Economia e, até o momento, não dá sinais de reverter. O último corte ocorreu no dia 30 de julho, quando o governo federal bloqueou mais R\$ 348 milhões do orçamento do MEC. Esse corte soma-se a um contingenciamento ainda maior, de R\$ 1.442 bilhão, referente ao terceiro bimestre deste ano. O somatório dos cortes já atinge o valor de **R\$ 6,1 bilhões** neste ano, o que levará as IPES a pararem as suas atividades já no segundo semestre. A proposta do MEC não contou com a participação de nenhuma das entidades da educação, ou sequer passou pelo debate da comunidade acadêmica.

A FASUBRA Sindical defende a universidade pública, gratuita, democrática e referenciada socialmente, garantida em nosso Projeto "Universidade Cidadã" para os trabalhadores(as), em contraponto ao projeto do governo que ataca a autonomia universitária, entrega as universidades à iniciativa privada e também altera a forma de contratação de técnico-administrativos(as), abrindo as portas para a entrega das universidades ao mercado. Nesse sentido, a FASUBRA Sindical se posiciona categoricamente contra o projeto FUTURE-SE e os cortes da Educação por entender que não resolverá os problemas de financiamento.

Orientamos que as entidades de bases se posicionem contrárias ao projeto do MEC nas instituições, quando apresentado pelos reitores nos conselhos universitários ou em outros espaços e também não participem da consulta pública proposta pelo MEC, por ser antidemocrática, exigindo os dados pessoais de quem participa e não abrindo espaço para qualquer crítica.

Quem defende a Educação pública diz NÃO ao FUTURE-SE!

